



Histórias restritas: o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão e a atribuição de valor no Inventário do Patrimônio de São Leopoldo (RS)

Restricted stories: the Integrated System of Knowledge and Management and attribution of value in the Heritage Inventory of São Leopoldo (RS)

Carline Luana Carazzo^{a,*}

Renata Rogowski Pozzo^b

RESUMO: A pesquisa é inserida no centro da contradição entre o reconhecimento da importância do patrimônio e sua preservação e o questionamento sobre sua representatividade. A problematização sobre o que preservar, por que e de que maneira é abordada a partir do estudo de caso da cidade de São Leopoldo (RS), que no ano de 2016 elaborou seu Inventário do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural através da metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN. Em uma cidade cujos processos de atribuição de valor por meio do instrumento do tombamento conduziram para a afirmação de uma história restrita, aquela da imigração alemã, questiona-se se o instrumento do Inventário e a metodologia utilizada foram capazes de expandir a ideia de patrimônio no sentido de outras narrativas.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Inventário; São Leopoldo; Participação Social.

ABSTRACT: The research is inserted in the center of the contradiction between the recognition of the importance of heritage and its preservation and the questioning about its representativeness. The problematization of what to preserve, why and how is approached from the case study of the city of São Leopoldo (RS), which in 2016 prepared its Historical, Artistic and Cultural Heritage Inventory through the methodology of the System IPHAN Knowledge and Management System. In a city whose value attribution processes through the heritage instrument led to the affirmation of a restricted history, that of German immigration, it is questioned whether the inventory instrument and the methodology used were capable of expanding the idea of heritage in the sense of other narratives.

Keywords: Cultural Heritage; Inventory; Sao Leopoldo; Social Participation.

^a Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

^b Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Carline Luana Carazzo. E-mail: carline.carazzo@gmail.com. Endereço/Address: R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n, Trindade, Florianópolis - SC, CEP: 88040-900.

Recebido em/Received: 31/08/2023; Aprovado em/Approved: 27/11/2023.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

INTRODUÇÃO

Outubro de 2019. Manifestantes fixam a bandeira Mapuche no topo da estátua do General Baquedano em manifestação por reformas sociais no país: “o Chile acordou”. Junho de 2020 retratou a derrubada e a vandalização de diversos monumentos de personagens associados à escravidão, ao colonialismo e ao racismo no mundo. Na Inglaterra, a estátua de Edward Colston foi arrancada do seu pedestal. Em Lisboa, a estátua de Padre António Vieira amanheceu vandalizada. Em Boston, Cristóvão Colombo foi decapitado.

Cidade do México, 8 de março de 2021. Dias antes da marcha mundial das mulheres ser realizada na capital mexicana, o governo local cercou os principais patrimônios e monumentos históricos para protegê-los de uma suposta depredação. Como resposta, as manifestantes criaram um memorial às vítimas de feminicídio no Palácio Nacional, registrando cerca de mil e duzentos nomes de mulheres e lembrando que, naquele país, 11 feminicídios são registrados diariamente (Arellano 2021).

A breve lista de acontecimentos dos últimos anos revela que o patrimônio e os monumentos (em sua versão histórica ou comemorativa, no formato de espaços públicos, edificações ou estátuas) estão no centro dos debates contemporâneos sobre a história, a memória e o esquecimento. Ou seja, ao passo que se reconhece o patrimônio como a afirmação de um discurso histórico hegemônico, surgem ideias para a expansão de seus horizontes. Busca-se outras narrativas até então invisibilizadas ou marginalizadas, mas também se contesta sua representatividade – contestação, que, em versão mais radical, pode conduzir a sua destruição.

Essa pesquisa é inserida no debate sobre a contradição entre o reconhecimento da importância do patrimônio e sua preservação e o questionamento sobre sua representatividade. As intervenções sobre os patrimônios citados acima nos conduzem a refletir sobre o porquê de tantos outros não estarem nas listas de preservação, Inventários e tombamentos. De fato, esses dois âmbitos, apesar de contraditórios, estão relacionados, pois acreditamos que a questão da representatividade auxilia na compreensão sobre as perdas em relação ao patrimônio (abandono, destruição, vandalismo).

A problematização sobre o que preservar, por que e de que maneira, será abordada a partir do estudo de caso da cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. A cidade possui cinco bens tombados em nível estadual (Casa da Feitoria ou Casa do Imigrante, Ponte 25 de Julho, Estação Ferroviária, Castelinho e Escola de Teologia) e, no ano de 2016, a Prefeitura Municipal elaborou o Inventário do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Buscamos apreender os nexos dos processos de atribuição de valor a certos artefatos históricos, com base na conceituação de Gonçalves (2016, p. 11-12), desenvolvida a partir da realidade catarinense,

Se os valores não são intrínsecos às coisas, mas, antes, atribuídos a elas, há que compreender os processos de atribuição de valor àquilo que figura o patrimônio cultural. Os valores dessas figuras estão associados aos significados que podem apresentar nas vidas das pessoas: o quanto

contribuem para seu conhecimento, mobilizam seus afetos, sensibilizam sua percepção, atendem a demandas identitárias, servem a intenções de distinção ou até mesmo o quanto são de interesse para a consecução de determinados projetos políticos.

Patrimônio, originalmente “herança do pai” no direito antigo romano, compreendia bens com algum valor econômico, que poderiam ser privados e passados de geração em geração. De lá para cá, o uso do termo sofreu ampliação e deslocamento, podendo ser utilizado em expressões como “patrimônio arquitetônico”, “patrimônio cultural”, “patrimônio histórico e artístico”, entre outros (Castriota 2009).

A palavra patrimônio tornou-se polissêmica, entretanto, independentemente dos diversos significados, uma constante mantém-se: a de representação de um poder político, fortemente ligado ao Estado. Na modernidade, conforme Choay (2017), foi a partir da Revolução Francesa que a ideia de patrimônio foi consolidada politicamente e vinculada à identidade nacional, composta pela concepção dos bens que constituem o patrimônio cultural de uma civilização. Nesse momento revolucionário (de destruição e reconstrução), foi criada uma sensibilidade em proteger e impedir os esquecimentos dessas memórias que simbolizam o passado.

O conceito de patrimônio vem sendo construído ao longo dos anos, acompanhando as transformações sociais, políticas e econômicas. Após o turbulento período do século XIX, com a consolidação, no mundo ocidental, da maioria dos Estados nacionais modernos em seu formato republicano e, ao mesmo tempo, com o avanço dos processos de industrialização e urbanização na transição do século XIX para o século XX e as transformações socioespaciais decorrentes, os debates sobre a preservação do patrimônio edificado foram iniciados em nível internacional, com a Primeira Conferência Internacional sobre os Monumentos Históricos realizada em Atenas, em 1931 (Fonseca 2005).

No contexto brasileiro, em 1937, pelo Decreto-Lei n.º 25, foi implementado o primeiro instrumento legal de preservação do patrimônio cultural material – o tombamento. Desse momento até a década de 1960, foram eleitos e valorizados imóveis, sítios e objetos por suas qualidades arquitetônicas e artísticas e pela vinculação a fatos “memoráveis” da história. A partir de meados dos anos 1960, passaram a ser adotadas novas concepções de patrimônio, que foram paulatinamente desenvolvidas, e resultaram na atual concepção de patrimônio cultural brasileiro, presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e definida como o conjunto dos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (IPHAN 2014).

Atualmente, a preservação cultural transcende o tombamento, com instrumentos como incentivos fiscais, normas urbanísticas, Inventários etc. Dentre estes, o Inventário é um dos mais utilizados, mostrando-se como uma opção para a proteção do patrimônio cultural sem nos valermos do instrumento de tombamento. O Inventário não possui uma lei regulamentadora infraconstitucional como ocorre com

outros dispositivos. Dessa forma, cabe ao município ou estado suprir tal lacuna, exercendo seus respectivos poderes de legislar.

Como reação à intensificação das perdas de edificações históricas na cidade, o Inventário Municipal de Bens de Interesse Cultural da cidade de São Leopoldo foi elaborado entre 2013 e 2016. Uma equipe multidisciplinar entregou no final de 2016 o Inventário com a lista de imóveis públicos e privados referentes aos diferentes períodos da evolução urbana e arquitetônica da cidade, desenvolvido com a utilização da metodologia Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SICG/IPHAN). O Inventário constituía inicialmente uma lista com 492 imóveis, monumentos e praças de caráter histórico, artístico e cultural e com interesse de preservação. Nas circunstâncias em que o Inventário foi recebido, os Conselheiros do Conselho Municipal de Patrimônio Artístico e Cultural de São Leopoldo (COMPAC) e os técnicos da Prefeitura Municipal de São Leopoldo (PMSL) constataram que, enquanto o documento era elaborado, um número considerável das edificações havia sido demolido ou descaracterizado por reformas ilegais sem aprovação da Secretaria competente (COMPAC São Leopoldo 2018).

Nesse contexto, o objetivo central deste escrito é debater o patrimônio material e imaterial da cidade de São Leopoldo por meio de uma análise das medidas adotadas para a preservação do patrimônio local, em especial, o Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo com o propósito de reconhecer a possibilidade e os efeitos da inserção ou exclusão da representatividade de outros territórios, histórias e narrativas nos processos de patrimonialização. Algumas perguntas são perseguidas ao longo do artigo. Se, na cidade de São Leopoldo, o discurso histórico oficial direciona para a valorização de um patrimônio relacionado à imigração alemã, seria o instrumento do Inventário capaz de expandir a ideia de patrimônio consolidada na cidade? Ainda, como a metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão condiciona a abordagem patrimonial no processo de inventariação?

PATRIMÔNIO EM SÃO LEOPOLDO: HISTÓRIA E VALORES ESTABELECIDOS

A primeira parte do artigo objetiva investigar a tradição da atribuição de valor patrimonial na cidade de São Leopoldo, inserindo seus cinco bens tombados em nível estadual na história (Casa da Feitoria ou Casa do Imigrante, Ponte 25 de Julho, Estação Ferroviária, Castelinho e Escola de Teologia) e captando algumas de suas características.

São Leopoldo é um município considerado de médio porte, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre. A cidade carrega o título do Berço da Imigração Alemã no Brasil por ter abrigado os primeiros imigrantes alemães no país. Assim, está inserida no chamado Vale Germânico, iniciativa da Associação dos

Municípios do Vale do Rios dos Sinos (AMVARS) para valorização da cultura e do turismo (Kerschner, Mattana 2019).

Há quem considere a vinda dos imigrantes alemães em 1824 como o início da história da cidade. No entanto, existem registros históricos comprovando que a região às margens do Rio dos Sinos foi ocupada há seis mil anos por grupos indígenas de Tradição Umbu. Atualmente, há um grupo de 120 pessoas, que formam 27 famílias, residente na reserva indígena Aldeia Por Fi Gâ, no Bairro Feitoria. Segundo o Censo 2010 do IBGE, São Leopoldo abrigava 292 pessoas indígenas.

Encontra-se, ainda, registros de fazendas nos arredores do atual Bairro do Scharlau, habitadas por portugueses e negros escravizados, a partir do século XVIII. Em 1789, a Real Feitoria do Linho Cânhamo, que estava instalada no Rincão de Canguçu, próximo a Pelotas, é transferida para a região do Faxinal do Courita, hoje conhecido como Bairro da Feitoria. A Feitoria foi um estabelecimento agrícola do governo português para produção de cordas navais, e tinha como principal mão-de-obra os negros escravizados. Em 1822, o Governo Português encerrou suas atividades (Weimer 2004).

Em 25 de julho de 1824, chegaram os primeiros 39 imigrantes alemães – 33 evangélicos e 6 católicos, enviados por Dom Pedro I para povoamento do local. Os imigrantes foram direcionados para a Feitoria do Linho Cânhamo, onde aguardaram para receber sua parte de terra para colonização. Nesse mesmo ano, a antiga Feitoria passa a ser a primeira Colônia Alemã de São Leopoldo.

Este momento é simbólico para o entendimento do discurso do patrimônio na cidade, pois, assim como houve a sobreposição de uma atividade e uma etnia no espaço de uma mesma edificação (a antiga Feitoria), há a preponderância do discurso histórico que exalta a imigração alemã como gênese da história da cidade a partir da patrimonialização desse espaço. Essa contradição é presente no fato de essa edificação ser referida por vezes como Casa da Feitoria, e em outros momentos como Casa do Imigrante. Trata-se do bem patrimonial mais antigo da cidade, e o segundo a ser tombado em nível estadual, em 15 de março de 1982. Infelizmente, no dia 5 de março de 2019, a edificação desmoronou parcialmente.

A conexão da colônia com a capital, Porto Alegre, tornava a região próspera. No ano de 1846, a colônia passa a ser Vila de São Leopoldo. Com a elevação para Vila, o local recebe importantes construções e investimentos, como a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição nas margens do Rio dos Sinos. Devido à continuidade de seu crescimento econômico e social, em 1864, a Vila de São Leopoldo é elevada à cidade. Com isso, a região ganha algumas obras públicas que marcaram a expansão urbana e a ocupação do território.

Moehlecke (1976) coloca que as transformações urbano-industriais da década de 1860 e 1870, materializadas na forma de infraestruturas para o transporte que representam a substituição do meio fluvial (via Rio dos Sinos) pelo ferroviário, trazem elementos para compreensão do patrimônio cultural de São Leopoldo. As duas formas originárias desse momento constituem bens patrimonializados: a Ponte 25 de Julho e a Estação

Ferrovária. São os artefatos construídos a partir do desenvolvimento urbano-industrial da cidade, iniciado na década de 1860, que constituem os principais bens patrimonializados de São Leopoldo e irão representar, portanto, não o colono inserido no meio rural, mas o imigrante próspero urbano e a constituição de um Estado moderno.

Por volta de 1900, a cidade já tinha edificações imponentes e relevantes para a região, como a Intendência Municipal, a Igreja Católica, e o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, situados próximos à ponte e ao rio, criando o núcleo central da cidade. Essas edificações constam no Inventário do Patrimônio Cultural elaborado pela Prefeitura, entretanto, não são tombadas.

É notável a consolidação de outra característica do patrimônio cultural que aparece tanto nos bens tombados quanto nos inventariados: a tendência à patrimonialização de artefatos urbanos localizados na área central. A essa regra, encontramos exceção na Casa da Fitoria, localizada no Bairro Fitoria e na Escola de Teologia, localizada no Bairro Morro do Espelho. A Escola de Teologia foi construída na década de 1930, e tombada em nível estadual apenas em 2007. Essa edificação, em conjunto com o Castelinho representam também a face do poder religioso como agente da patrimonialização, que, junto ao poder político do Estado, são os atores preponderantes. Acima de tudo, percebemos os processos de patrimonialização presentes na eleição das edificações tombadas como expressões de um poder relacionado ao universo patriarcal. A própria figura humana que aparece no monumento construído no centro da Praça do Imigrante é masculina.

A consolidação de São Leopoldo como uma cidade industrial, ocorrida entre as décadas de 1940 e 1980, coloca-a como um grande centro de atração de migrantes, especialmente vindos do interior do Estado. Inclusive, a partir dos anos 2000, recebe um contingente considerável de haitianos e senegaleses. Esse movimento industrial transmuta São Leopoldo de uma cidade colonial e com edificações residenciais, pequenas e históricas para uma sociedade urbana, pluriétnica com prédios em altura para cumprir a necessidade habitacional dos trabalhadores.

Desembocamos, assim, na clássica contradição moderna entre criação e destruição. A modernização da passagem do século XIX para o XX criou os artefatos que foram posteriormente reconhecidos por um pensamento patrimonial relativo à esfera da modernidade do século XX, cuja nova onda de modernização poderia ocasionar e, em certa medida, ocasionou a destruição. Talvez esta seja a grande contradição e a dificuldade inerente aos processos de modernização: a ideia de preservar é produto espiritual de uma era cuja organização material é destrutiva, transformadora. Se, na modernidade, *tudo que é sólido se desmancha no ar*, seria, o patrimônio, capaz de incorporar essas transformações sem diluir-se?

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e

nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. (Berman 1986, p. 24).

Por fim, captamos a última das características dos processos de patrimonialização da cidade de São Leopoldo: a valorização do patrimônio material, portanto das formas imóveis. Os processos de patrimonialização em São Leopoldo valorizaram historicamente a modernidade capitalista construída pelo poder econômico, político e religioso, edificado (material e imóvel) territorialmente na centralidade urbana, e representado por figuras masculinas.

CONTEXTUALIZANDO INVENTÁRIOS PATRIMONIAIS

Antes de analisar o Inventário patrimonial de São Leopoldo, é importante compreender o contexto de surgimento deste instrumento. A etimologia da palavra Inventário remete ao termo latino *inventarium*, com o sentido de achar, pôr à mostra, dar a conhecer. O Inventário surgiu em meados século XVIII no contexto da construção dos Estados nacionais modernos, como modelo de produção de um novo saber por meio da coleta e sistematização das informações com o objetivo de identificar, valorizar e proteger os bens patrimoniais materiais e imateriais, públicos e privados (IPHAN 2014).

De acordo com o IPHAN (2016, p. 7), inventariar é “um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local” (IPHAN 2016, p. 7). Já Motta e Rezende (2016) reforçam que inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vistas e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais, permeando por juízos de valor, já que se destina à construção de narrativas de grupos sociais ou histórias específicas.

No contexto brasileiro, a primeira manifestação sobre Inventário veio com o Arquiteto e Museólogo Rodrigo Cantarelli, que se referiu aos Inventários como a primeira ação dos técnicos da Inspetoria de Monumentos de Pernambuco criada em 1928. Motta e Rezende (2016) explicam que, no início da atuação institucional no âmbito do patrimônio, houve um esforço para realização desse tipo de trabalho. Trazem como exemplos o Inventário de bens imóveis e móveis no estado do Ceará em 1940 e o Inventário da cidade de Ouro Preto entre 1949 e 1950, dentre outras iniciativas.

Em 1949, o arquiteto Lúcio Costa, à frente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), procurou estabelecer o processo de desenvolvimento de Inventários no seu Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento. Assim, argumentava que a tarefa de inventariar era de tal importância que seria necessária uma verba anual destinada para esse exercício. Nesse mesmo plano, Lúcio Costa (apud Motta; Rezende, 2016) definiu que os estudos estariam classificados como “acervo

histórico-monumental de interesse artístico”, e teriam como embasamento a natureza técnico-artística e histórico-educativa com a finalidade de justificar o tombamento.

Na década de 1970, a preservação do patrimônio cultural passou a constar na agenda de desenvolvimento econômico formulada em 1964 no âmbito do projeto de desenvolvimento nacional do governo militar. Foi então que se estabeleceu a relação entre valor cultural e valor econômico, tendo em vista o turismo como fator importante para a valorização do patrimônio regional. Os governos estaduais foram convocados a empreender tomadas de preservação, por meio do Programa das Cidades Históricas (PCH) que financiou Inventários regionais (Motta, Rezende 2016).

Também nesse momento, surgiu o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI) aplicado aos acervos de interiores de arquitetura religiosa tombada no Brasil. Esse foi considerado um Inventário científico, e, metodologicamente, se desenvolvia em duas etapas. A primeira, uma produção fotográfica e levantamento de dados descritivos; a segunda, uma pesquisa referente aos dados históricos e avaliação das características estéticas.

No final da década de 1970, houve a ampliação do conceito de patrimônio trazida pelo IPHAN, quando de sua fusão com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Essa ampliação ocorreu a partir da relação do patrimônio como referência cultural dos grupos produtores dos bens – saberes e fazeres, levando em conta os contextos sociais, históricos e ambientais (Morais, Ramassote e Arantes Neto 2015). Ainda que as iniciativas de Inventário na época continuassem a privilegiar o patrimônio edificado e os bens imóveis, verificou-se na ocasião a tendência de se abordar de forma integrada vários tipos de bens – móveis, imóveis, fazeres culturais, modos de morar – e, de forma incipiente, de incluir-se a consulta ou promover o envolvimento das comunidades na identificação desses bens, embora sempre prevalecesse o olhar técnico na atribuição dos valores (Motta, Silva 1998). A Constituição de 1988 reforçou essas práticas de preservação e valorização dos novos sujeitos, objetos e modos de fazer.

No decorrer dos anos foram elaborados outros Inventários pelo IPHAN. Podemos destacar o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA); Inventário de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU); Inventário Nacional de Material de Artilharia (INMA); Cadastro de Bens Procurados (BCP); Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA); Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA); Inventário Nacional de Coleções Arqueológicas (INCA); e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). (Morais, Ramassote e Arantes Neto 2015).

Somente na década de 1990, os Inventários ganharam informatização dos dados, integração dos métodos e disponibilização e manipulação do conhecimento, permitindo atualizações e verificações constantes. Nesse contexto, surge o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG/IPHAN). O SICG propõe um modelo e uma metodologia única de identificação de Inventários de bens culturais, possibilitando um cadastro unificado dos bens patrimoniais em uma base cartográfica georreferenciada, classificados pelas categorias, temas e territórios.

A consolidação do sistema ocorreu no I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, realizado no município de Ouro Preto, em Minas Gerais, no período de 13 a 16 de dezembro de 2009, com a finalidade de discutir os desafios, as estratégias e as experiências para o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). Nesse momento, o IPHAN lançou o manual de aplicação do SICG e o conjunto de fichas e orientação para preenchimento, conforme o Manual do Usuário do Sistema (Morais, Ramassote e Arantes Neto 2015).

Como metodologia de captação de informação, o SICG é constituído por um conjunto de fichas reunidas em três módulos que são divididos em Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma escala de abordagem diferente do patrimônio cultural, sendo composto por fichas que auxiliam na captura, na organização e, posteriormente, na análise dessas informações. Cada ficha possui uma diretriz ou conceito para ser preenchido. Além disso, na metodologia do IPHAN são estipuladas cores para cada módulo: o Módulo 1 (Mo1) ou Módulo do Conhecimento é verde; o Módulo 2 (Mo2) ou Módulo Análise e Gestão tem a cor azul; o Módulo 3 (Mo3) ou Módulo Cadastro, é vermelho. De acordo com o Manual do Usuário (IPHAN/DEPAN 2011):

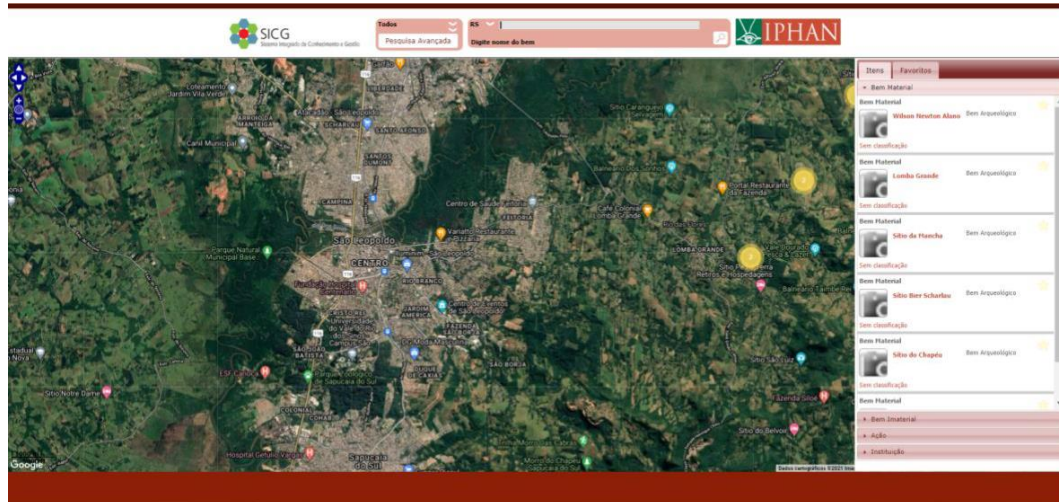
O SICG é constituído por um conjunto de informações agrupadas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e possui um conjunto de fichas estruturadas para a captura e organização de informações conforme o objetivo do estudo ou Inventário. Os módulos foram idealizados para permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural, partindo do geral para o específico, com recortes temáticos e territoriais e, possibilitando a utilização de outras metodologias, como o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (voltado para a identificação de bens de natureza imaterial), por exemplo, caso seja necessário para a complementação dos estudos. [...] O módulo de Conhecimento visa reunir informações que contextualizem na história e no território, os bens que são objetos de estudo. Organiza, portanto, as informações provenientes de universos culturais temáticos ou territoriais. É um módulo básico para se iniciar um estudo temático ou Inventário de conhecimento em um dado espaço geográfico. [...] O módulo de Gestão reúne um conjunto de fichas cujo enfoque são as áreas já protegidas, ou seja, sobre as quais o Iphan ou os demais órgãos de preservação do patrimônio cultural – nas esferas estadual e/ou municipal – têm obrigação de fazer a gestão através de normatização, ações de fiscalização, da construção de planos e preservação, de reabilitação, entre outros. [...] O módulo de Cadastro reúne um conjunto de fichas que serão aplicadas para cada bem de interesse ou já protegido. Possui uma ficha padrão comum a todas as categorias do patrimônio material, denominada de Cadastro Básico, com informações indispensáveis sobre o bem cultural, que permitem sua identificação e o recebimento de um número de identificação, como uma cédula de identidade.

A metodologia SICG/IPHAN sugere que as fichas sejam elaboradas com base em pesquisa bibliográfica, documental e eventualmente em entrevistas com historiadores da cidade, não prevendo consulta pública ou audiência com interferência da comunidade em geral.

Hoje o sistema está estruturado com base nas fichas (em Word e Excel) que são encaminhadas ao IPHAN, para serem disponibilizadas na base cartográfica. Nesse

momento, o Instituto vem trabalhando para o sistema informatizado, ou seja, além do IPHAN, os estados, os municípios, as instituições de ensino, os museus, os centros culturais, e outros poderão disponibilizar essas informações. Também, temos o ambiente do site que possui um visual semelhante às fichas, possibilitando, por intermédio do Manual do Usuário, a utilização de qualquer pessoa. O sistema proporciona o cadastro de bens de diversas naturezas em qualquer lugar do país.

Figura 1. Interface do SICG, localização de São Leopoldo.



Fonte: Site SICG.

Silva (2014, p. 107) afiança que o Plano Nacional de Cultura previa a disponibilização dos dados de todos os Inventários realizados até 2020. No entanto, pouco percebemos a divulgação e a integração dessa metodologia em pleno ano de 2023. O SICG, quando consultado, ainda não oferece dados concretos ao usuário, mas incompletos e abrangendo poucas áreas nacionais.

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO (RS): AS HISTÓRIAS RESTRITAS

Desde os anos 2000, o poder público de São Leopoldo demonstra preocupação com a descaracterização e destruição de edificações localizadas na região central da cidade, considerada como "a região histórica" municipal. Estando apenas cinco edificações do município tombadas, iniciam-se movimentos para a preservação de um conjunto histórico mais amplo.

Em 2009, a Prefeitura Municipal, em parceria com a Unisinos, em especial com os cursos de Arquitetura e Urbanismo, História e Design, desenvolveu o Projeto Revita. Esse projeto tinha como finalidade a valorização da área histórica central por meio de um corredor cultural que iniciava no Rio dos Sinos, e finalizava no Museu do Trem. Foram elaboradas diversas análises, levantamentos, estudos e projetos para a constituição dessa melhoria na cidade. Em 2011, foi entregue para a Prefeitura Municipal de São Leopoldo um memorial constituído por um levantamento de 173 imóveis com fichas cadastrais, projeto de lei e Carta de Intenções. Nesse contexto,

também em 2009, o Escritório Brasil Arquitetura foi contratado para a elaboração de um projeto arquitetônico que pretendia qualificar parte da área central, a partir de sua relação com o Rio dos Sinos e da memória histórica.

Ambos os projetos não foram executados, no entanto, os estudos realizados no âmbito do projeto Revita embasaram a formulação Lei Municipal n.º 7778/2012, que estabeleceu uma listagem de 135 imóveis de interesse sociocultural para preservação, conservação e valorização.

Em 2014, um dos imóveis listados, localizado na Rua Independência, n.º 314, no centro da cidade, no decorrer de processos internos da Prefeitura Municipal de São Leopoldo foi retirado da Lista da Lei Municipal n.º 7778/2012, recebendo a aprovação municipal para demolição, sem parâmetros jurídicos, análise do COMPAC ou justificativa relevante. A sociedade civil, indignada pela ação, procurou os órgãos de proteção (IPHAN e IPHAE) em parceria com o Ministério Público, conseguindo embargar a demolição. Como forma de compensação pelas infrações de liberação da demolição por parte da Prefeitura, foi determinada a construção de um Inventário do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade.

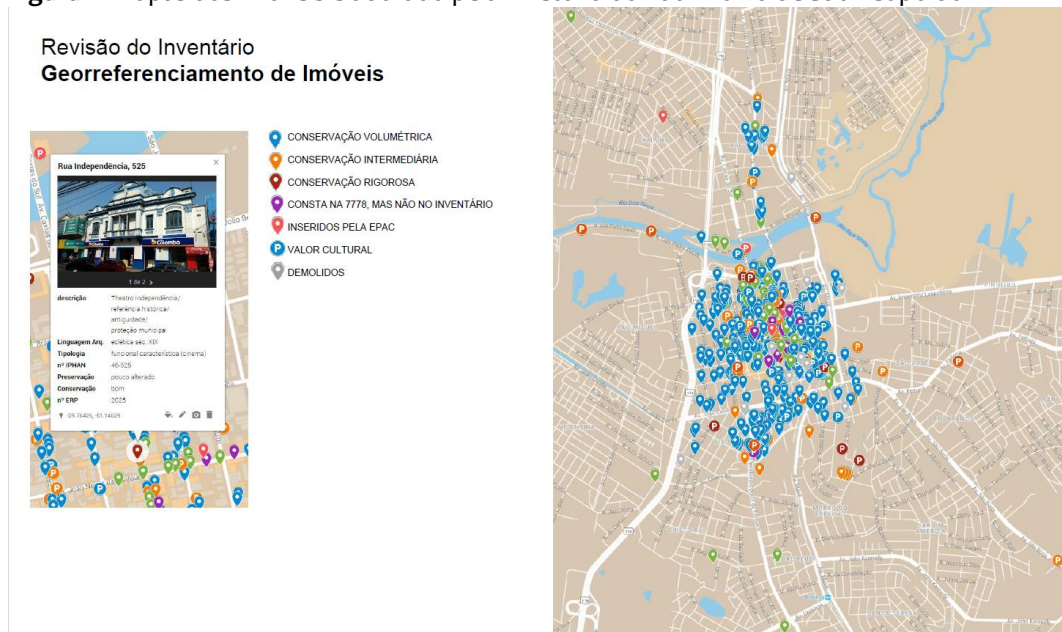
Em maio de 2014, uma empresa foi contratada através de Inexigibilidade da Licitação para a elaboração do Inventário. Conforme contrato disposto no site da transparência da Prefeitura Municipal de São Leopoldo (IL 141/2014), a contratação foi para a realização de pesquisa histórica, levantamentos arquitetônicos, fotográficos, iconográficos e cadastrais, análises e demais documentos com base no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), do IPHAN, que subsidiariam o Inventário.

No ano de 2016, foi entregue o Inventário com a metodologia SICG/IPHAN à cidade de São Leopoldo, sendo elaborado por uma equipe de 7 profissionais, envolvendo arquitetos e historiadores. Segundo Neutzling (2016) a equipe multidisciplinar entregou o Inventário com a lista de imóveis públicos e privados referentes aos diferentes períodos da evolução urbana e arquitetônica da cidade, com 492 imóveis, monumentos e praças de caráter histórico, artístico e cultural e com interesse de preservação.

Nas circunstâncias em que o Inventário foi recebido, os Conselheiros COMPAC e os técnicos da Prefeitura Municipal constataram que, enquanto o Inventário era elaborado, um número considerável das edificações havia sido demolido ou descaracterizado por reformas sem aprovação da Secretaria competente. De acordo com a Secretaria de Cultura e Relações Internacionais de São Leopoldo (SECULT) foram reavaliadas as fichas do Inventário, filtrando de forma técnica as edificações que compunham a lista inicialmente fornecida pela equipe (usando os parâmetros arquitetônicos, históricos, fotográficos e urbanos). Foi então criada uma lista com 265 edificações e 7 monumentos ou praças, classificados em três esferas de proteção: rigorosa, intermediária e leve/flexível. A SECULT alega que muitas das edificações estavam descaracterizadas, demolidas ou não tinham interesse de preservação, porém havia algumas edificações sobre as quais havia interesse de preservação que não estavam na listagem e foram incluídas. Dessa maneira, constitui-se um mapa através

do Google Earth com as edificações que ficariam na proteção vigente, com uma ficha de dados básicos para consulta (Figura 2).

Figura 2. Mapas dos imóveis elaborado pela Diretoria do Patrimônio de São Leopoldo



Fonte: Diretoria do Patrimônio de São Leopoldo.

Nesta pesquisa, para avaliação documental do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo foi utilizado o método comparativo, que consiste em investigar fatos, critérios, aspectos e temas, explicando as suas semelhanças e diferenças. Esse método, permite a análise de dados concretos e a dedução de semelhanças e divergências de elementos constantes (Fachin, 2001). Dessa maneira, o método comparativo serviu para contrapor os itens descritos na metodologia do SICG/IPHAN com o que foi apresentado nas fichas do documento do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo. Assim, uma síntese das fichas analisadas pode ser observada no Quadro a seguir:

Quadro 1. Análise comparativa do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo – SICG/IPHAN

| Módulos | Fichas | Diretrizes | Realizado |
|--------------|-------------|--------------------------------|---------------|
| Conhecimento | Ficha M101 | Contextualização Geral | Realizado |
| | Ficha M1012 | Contextualização Geral | Realizado |
| | Ficha M103 | Contextualização Geral | Realizado |
| Gestão | Ficha M201 | Pré-Setorização | Realizado |
| | Ficha M202 | Caracterização dos setores | Realizado |
| | Ficha M203 | Averiguação e proposição local | Não Realizado |

| Módulos | Fichas | Diretrizes | Realizado |
|----------------|---------------|---------------------------------------------------|------------------|
| | Ficha M204 | Diagnóstico de áreas urbanas - lotes | Não Realizado |
| | Ficha M205 | Diagnóstico de áreas urbanas – quadras | Não Realizado |
| | Ficha M206 | Diagnóstico de conservação | Não Realizado |
| | Ficha M207 | Relatório Fotográfico | Não Realizado |
| Cadastro | Ficha M300 | Planilha Síntese | Realizado |
| | Ficha M301 | Cadastro Geral | Realizado |
| | Ficha M302 | Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa | Realizado |
| | Ficha M303 | Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna | Não Realizado |
| | Ficha M304 | Bem imóvel – Conjuntos rurais | Não Realizado |
| | Ficha M305 | Bem móvel e integrado | Não Realizado |
| | Ficha M306 | Patrimônio Ferroviário | Não Realizado |
| | Ficha M307 | Patrimônio Naval | Não se aplica |

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As fichas do Módulo Conhecimento estão bem elaboradas, considerando todas as etnias, contexto geral e imediato, leis e decretos vigentes. No entanto, essa abordagem histórica ampla não se espelha na eleição dos bens a serem valorizados, o que denota uma falta de comunicação entre o Módulo Conhecimento e os demais módulos. Ressalta-se que não há menção sobre legislação ou levantamento de bens imateriais. Também identificamos que o levantamento do contexto histórico geral e específico foi resultado de uma revisão bibliográfica e documental, não havendo questionários ou entrevistas com pesquisadores ou com a população desse território.

Em relação às informações das edificações, foram usadas como base as fichas do Módulo Gestão e a Planilha Geral do Módulo Cadastro. Dessa forma, o resultado do Inventário foi levantar 512 imóveis, entre os quais foram identificadas edificações com linguagens arquitetônicas tradicionais e exemplares representativas para a arquitetura local. Essas edificações foram divididas com base na linguagem de cada estilo, sendo eles: luso-brasileira, neocolonial, teuto-brasileira, ecléticas XIX e XX, protomoderna, modernista, popular, indefinida, neogótica, neoteuto-brasileira, teuto-brasileira simplificada e contemporânea.

O critério para classificação foi, portanto, a linguagem arquitetônica, o que provocou a inclusão de muitas edificações contemporâneas, por apresentarem uma linguagem que foi considerada digna de valorização. Seguindo uma análise breve dos estilos arquitetônicos, notamos que, em média, 40% dos prédios analisados na área central são contemporâneos. Conforme documento do Inventário SLP_Mo1-02, as edificações

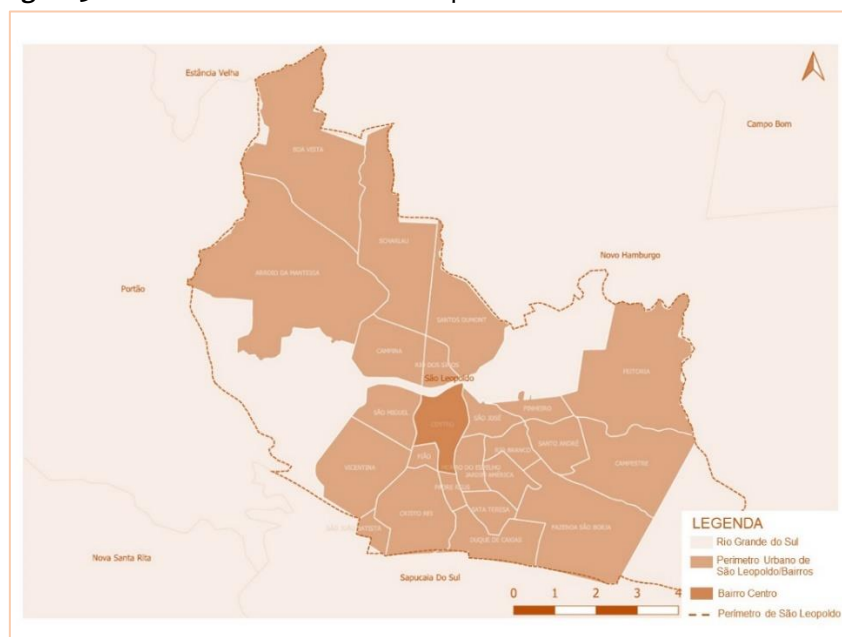
elencadas como de interesse cultural (512 bens) representam 13,62% do total avaliado nas áreas de estudo. Entre essas construções, de valor histórico, artístico e cultural, predominaram as linguagens arquitetônicas protomoderna e teuto-brasileira (56,02%), com tipologia de entrada de varanda – típica da região de colonização alemã.

Foram reconhecidos edifícios de propriedade pública (3,07%), privada (95,29%) e mista (0,20%). Dentre as propriedades, encontramos os mais diversos usos, tais como residencial, comercial, institucional, religiosa e monumentos. Conforme o documento, na área de estudo há predominantemente o uso residencial. No entanto, há uma concentração de edificações de uso comercial nas áreas das ruas Independência e Primeiro de Março, e avenidas João Corrêa, Dom João Becker e Getúlio Vargas. Os usos mistos e de serviço encontram espaços no tecido urbano, sem formar uma região – considerando a área de análise. Em relação ao estado de conservação das edificações encontramos um saldo positivo, pois a maioria, 88%, está em um estado de boa conservação.

O Inventário apresenta um complemento de atribuições de valores para a classificação dos graus de proteção. Os valores foram atribuídos devido a seis classes de Instância Cultural: morfológica, cultural, funcional, técnica, paisagística e legal. As instâncias são baseadas pela Tabela de Valores Estabelecidos ao Bem, disponibilizadas pelo IPHAE. Esses valores tornam o patrimônio passível de estar no Inventário. Depois da classificação dos bens pelas instâncias culturais, as edificações foram divididas pelos graus de proteção: Conservação Rigorosa, Intermediária e Volumétrica.

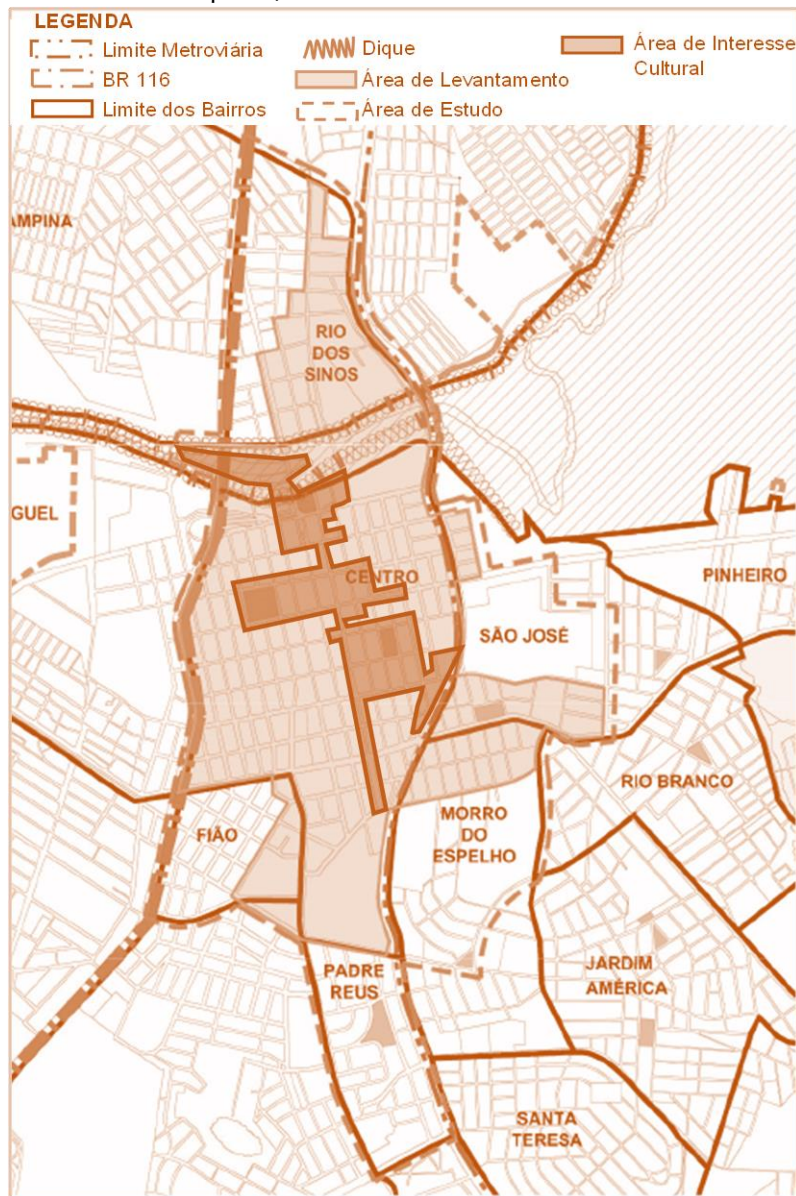
A maioria das edificações encontra-se na Área Especial de Interesse Cultural, deliberada no Plano Diretor (Lei n.º 9.041, de 12 de agosto de 2019), que consiste na área central da cidade, desconsiderando áreas periféricas e rurais e com um patrimônio histórico relevante para o contexto local, como podemos observar nos mapas a seguir.

Figura 3. Extensão territorial de São Leopoldo com os bairros – Área Urbana.



Fonte: Elaborado pelas Autoras (2020).

Figura 4. Mapa de área de estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo/RS com a Área de Interesse Cultural.



Fonte: Elaborado pelas Autoras (2020).

Considerando a análise das fichas conforme diretrizes impostas pelo IPHAN, constatamos que o Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo foi parcial ao território – conforme se viu nos mapeamentos anteriores, abordando o bairro Centro, e parcialmente os bairros Rio dos Sinos, São José, Fiação, Padre Reus e Morro do Espelho. Mais de 80% dos imóveis estão localizados no Bairro Centro. Também, há uma única edificação no Bairro da Feitoria, a Casa da Feitoria ou Casa do Imigrante, desconsiderando, por exemplo, a aldeia Por Fi Gã que está localizada nesse último bairro descrito.

Em um contexto geral, percebemos que o Inventário não cumpriu toda a metodologia proposta pelo IPHAN, dando ênfase a um panorama geral, para edificações do centro e ao aspecto arquitetônico do patrimônio (e não ao conceito mais amplo de patrimônio cultural). Quando analisado o documento, não encontramos a justificativa sobre o

porquê da não elaboração de todas as fichas e o motivo pelo qual foi desenvolvido somente no território central.

Subentendemos que, pela metodologia apresentada no SICG, após o preenchimento das fichas em Word e Excel, deveria ser compatibilizado e compartilhado na plataforma do SICG. No entanto, quando acessamos a plataforma on-line, não encontramos nenhum bem patrimonial registrado na cidade de São Leopoldo.

Diante disso, visitamos a SECULT de São Leopoldo em novembro de 2020, e questionamos sobre alguns encaminhamentos e histórico de construção do Inventário. O diretor de patrimônio da referida Secretaria em resposta argumentou que, na última troca de gestão de governo, muitos dos registros não foram repassados, mas que se subentende que a escolha da área central se justifica por ser o local com mais edificações históricas e com interesse cultural, porém reforçou que há outros patrimônios na cidade que deveriam estar inventariados.

Nesse sentido, é pertinente trazer a reflexão de Bo (2003), que aborda o patrimônio como um acúmulo de tempos, afirmando que o conceito foi construído por camadas. A primeira delas seria a camada religiosa, com a ideia do patrimônio sagrado da fé, por meio da qual os bens religiosos, até hoje, são reconhecidos. A segunda camada, monárquica, deslocou o conceito da influência religiosa para contemplar a ordem cultural, como bibliotecas e arquivos reais. A última, e talvez a mais emblemática, a camada nacional, quando a noção de preservação do patrimônio ganha ênfase (Bo 2003). Poderíamos acrescentar que os tensionamentos do conceito de patrimônio propostos pelo pensamento decolonial incluíram uma nova camada nessa história: a camada popular. Ela vem sendo revelada mediante práticas participativas e do desenvolvimento do conceito de patrimônio imaterial. Amaral (2015) coloca que a colonialidade entra em cena, quando a capacidade humana de percepção – intelectual e emocional – é substituída por um conjunto de valores estéticos e construídos impostos como únicos.

No Brasil, tensionamentos do conceito de patrimônio e sua associação a uma “materialidade de exaltação de uma imaginada cultura europeia, branca, masculina e exclusiva” (Carvalho, Meneguello 2020, p. 24) e a busca por sua pluralização começam a aparecer na segunda metade do século XX. Desde então, se discutem e buscam processos de patrimonialização que valorizem identidades compartilhadas e processos participativos, no esteio dos debates sobre o Direito à Cidade e a participação nos processos políticos, também inaugurados na década de 1960. Aqui, a questão da participação é incorporada ao patrimônio na década de 1980, e veio acompanhada do reconhecimento da esfera imaterial.

Em referência à participação social, não constatamos nenhuma interação com os habitantes para elaboração do Inventário. No decorrer do processo, em uma ocasião e na entrega final, ocorreu apresentação da equipe responsável para o COMPAC, quando foi explicada brevemente a metodologia usada e o resultado inventariado. O COMPAC foi criado pela Lei n.º 3.811/1992. Desde então tem-se constituído como uma esfera de participação social no critério patrimônio na cidade. Sua efetividade é variável, dependendo da gestão de governo, levando-se em conta que tem caráter consultivo. No decorrer dos anos de 2017 a 2019, o mais próximo que a população chegou do Inventário – considerando que havia restrição na divulgação devido a vários imóveis

terem sido demolidos, foi por meio das reuniões do Conselho, que possui integrantes da sociedade civil. O COMPAC é composto por 14 integrantes (sete da Administração Municipal e sete da Sociedade Civil).

Posteriormente à entrega, em 2017, o volume do Inventário foi abarcado, discutido e revisado pelo COMPAC, que compreendeu que algumas edificações já não existiam, e outras relevantes ao interesse cultural não estavam descritas no material recebido. Com essa análise prévia, a Secretaria de Gestão e Governo em conjunto com a SECULT estão em processo de criação e aprovação da legislação efetiva. Enquanto isso, o Inventário está protegido pelo Decreto n.º 9.296, de 2019. No entanto, sublinha-se que o Inventário se encontra sob domínio da gestão municipal desde 2016. Somente em dezembro de 2022, foi aprovada a Lei Municipal nº 9.750 que institui normas de proteção e estímulo à sua preservação.

Posto isto, concluímos que o Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo é uma listagem que servirá de auxílio para a preservação do patrimônio edificado e central, sem considerar representatividade, participação social, patrimônios imateriais e até mesmo patrimônios materiais, como objetos, documentos, fotografias entre outros.

Assim, percebemos que o Inventário se manifesta como uma história restrita a um território específico, o central, aquele que, mesmo que de forma contraditória e desigual, abriga os poderes hegemônicos que o patrimônio comumente representa. Esta exclusão de outros territórios e, por consequência, de outras narrativas pode ter sido condicionada pelo desenvolvimento do Inventário a partir da metodologia do SICG, já que esta não privilegia a participação popular ou o patrimônio imaterial. Entretanto, o próprio Manual do Usuário explica que o SICG é aberto à utilização de outras metodologias para complementação das informações. Ao mesmo tempo, uma das fichas prevista pela metodologia no Módulo Cadastro é referente aos conjuntos rurais. Esta ficha não foi incluída no Inventário entregue à Prefeitura. Assim, o Inventário, ao considerar como *locus* para seu desenvolvimento o território definido como Área Especial de Interesse Cultural no Plano Diretor Municipal de São Leopoldo, reproduziu a tendência de atribuição de valor já consolidada nesta cidade pelo instrumento do tombamento, ou seja: patrimônios materiais centrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade de São Leopoldo, o patrimônio contribui para dar visibilidade à cultura teutobrasileira, em detrimento de outras, e para a consolidação de um discurso hegemônico e único sobre a cidade, como “berço da colonização alemã”. O Inventário reproduz uma visão de patrimônio tradicional relacionada aos poderes hegemônicos, e à luz dos debates sobre participação e o Direito à Cidade, esta pesquisa questiona sua representatividade, e busca compreender o patrimônio cultural da Cidade de São Leopoldo de forma mais ampla e democrática, que não envolve somente a área central conforme estipulado no Plano Diretor atual, nem se resume ao patrimônio material,

mas também o patrimônio rural, periférico, imaterial. Percebemos que, mesmo em relação à narrativa histórica mais reconhecida em termos de valor patrimonial, aquela da "Colônia São Leopoldo", ou seja, da imigração alemã, outras histórias sofrem apagamentos, como a das mulheres imigrantes ou dos trabalhadores rurais.

Assim, ganha força a hipótese de que as perdas materiais do patrimônio na cidade de São Leopoldo são precedidas por uma perda de significado, tendo em vista que a noção de patrimônio não incorporou o movimento de transformação cultural contemporâneo e a necessidade do reconhecimento da representatividade de outras narrativas (de gênero, raça, e classe) nos processos de atribuição de valor, permanecendo atrelada ao discurso hegemônico que provém do poder econômico, político e religioso urbano, central e masculino. Para reconhecermos outros patrimônios, é preciso reconhecermos outras narrativas históricas (rurais, periféricas, femininas), a legitimidade de outros agentes na construção da cidade, inclusive em seu conteúdo imaterial, e outras percepções da cidade contemporânea.

Destacamos que esse enfoque se insere nas discussões sobre grupos minorizados, cidade e patrimônio e vai ao encontro dos debates sobre participação e representatividade nos processos políticos, tal qual define Sacchet (2012). Em escala internacional, percebe-se que os sistemas de atribuição de valor patrimonial também se transformam ao longo do tempo, e, na contemporaneidade, esse campo vem sendo constantemente confrontado pelo movimento conhecido como "giro decolonial", pelo movimento e o pensamento feminista e pela crítica ao racismo epistêmico.

Esses patrimônios descritos no Inventário do Patrimônio Artístico Cultural de São Leopoldo são resultados de um processo de Inventário formatado pela metodologia IPHAN/ SICG, que evidencia dados técnicos, pesquisas bibliográficas e documentais para levantamento dos bens de interesse histórico-cultural. Essa metodologia não engloba a participação social, formando assim uma listagem de bens com deficiência em suas relações de pertencimento popular, que não conquistam cuidado ou interesse de preservação por parte da população.

Disputando a história oficial do imigrante desbravador, cristalizada pelos processos de patrimonialização, a partir da pesquisa, deparamo-nos com a falta de participação dos agentes da sociedade. Trabalhar a questão do patrimônio a partir da participação, permite uma abertura para a diversidade e a ampliação das perspectivas. Acreditamos ser este o grande desafio da contemporaneidade para o campo patrimonial: incluir a diversidade, ir além da monumentalidade, olhar para as periferias, valorizar outras narrativas, enfim, deixar-se tensionar pela perspectiva intercultural.

Igualmente concluímos que os patrimônios são reflexos da existência e apropriação do espaço público pelas diversidades de seus habitantes. Dessa maneira, quando ampliamos o olhar para mais que a região central da cidade, do que é disposto no Inventário de São Leopoldo, podemos abordar, evidenciando a representatividade em pessoas chave da comunidade, histórias, celebrações e lugares nos bairros, mostrando uma outra realidade de percepção patrimonial.

Por fim, concluímos que São Leopoldo possui bens patrimoniais, no entanto necessita da participação e do reconhecimento social para evidenciar a diversidade das narrativas históricas a serem contadas, evitando negligenciar uma raça, uma etnia, um local, um povo ou uma representação cultural, como fatalmente acontece quando avaliamos os bens somente por dados técnicos.

FINANCIAMENTO

Esse artigo é resultado da pesquisa do mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Programa de Demanda Social (DS).

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que ampara os resultados deste estudo se embasam no SICG, podendo ser acessados em <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/> e nos documentos disponibilizados via protocolo pela Prefeitura de São Leopoldo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de, 1987. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória.

ARELLANO, Mónica. *Memorial para as vítimas de feminicídio em espaços públicos na Cidade do México* [Crean memorial de víctimas de feminicidio en espacios públicos de la Ciudad de México] 12 Mar 2021. *ArchDaily Brasil*. (Trad. Sbeghen Ghisleni, Camila) Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/958387/memorial-para-as-vitimas-de-feminicidio-em-espacos-publicos-na-cidade-do-mexico> Acessado 26 mar 2021.

CASTELLS, Alicia N. G. de., 2008. Políticas de patrimônio - entre a exclusão e o direito à cidadania. Em: *O público e o privado*. Fortaleza: UECE – Universidade Estadual do Ceará.

CASTRIOTA, Leonardo Barci, 2009. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS.

CHOAY, Françoise, 2017. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 6. ed. São Paulo: Estação da Liberdade/UNESP.

COMPAC SÃO LEOPOLDO (São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil), 2018. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - COMPAC. *Ata de Reunião em 2018: Item da Pauta: Revisão do Inventário*. Em: *Ata de Reunião em 2018*. São Leopoldo. Documento Impresso.

- FACHIN, Odília, 2005. *Fundamentos de Metodologia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva.
- FONSECA, Maria Cecília Londres, 2005. *O patrimônio em processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Minc-Iphan.
- G1 (Rio Grande do Sul, Brasil), 5 mar. 2019. Casa do Imigrante desaba em São Leopoldo. *G1 Globo*, Brasil, p. 1-1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/03/05/casa-do-imigrante-desaba-em-sao-leopoldo.ghtml>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- GONÇALVES, Janice, 2016. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil), 2016. *Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília, DF: IPHAN.
- KERSCHNER, Uliane; MATTANA, Bruna, 28 ago. 2019. São Leopoldo integra o Vale Germânico e cresce na classificação do turismo. *Jornal VS*, São Leopoldo, p. 1-1. Disponível em: <https://www.jornalvs.com.br/noticias/regiao/2019/08/2482237-sao-leopoldo-integra-o-vale-germanico-e-cresce-na-classificacao-do-turismo.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- MOEHLECKE, Germano Oscar. Primórdios da urbanização em São Leopoldo. Em: *SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL*. 2., 1976, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: Rotermund, 1976. p. 115-134.
- MORAIS, Sara S., RAMASSOTE, Rodrigo M., & ARANTES NETO, Antonio, 2015. Trajetória desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Entrevista com Antônio Arantes. *Revista CPC [em linha]*. 2015. no. 20, p. 221-260.
- MOTTA, Lia, REZENDE, Maria Beatriz, 2016. Inventário. Em: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de patrimônio cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc.
- MOTTA, Lia, SILVA, Maria Beatriz R. (Orgs.), 1998. *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- NEUTZLING, Simone Rassmussen, 2016. *Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo*. São Leopoldo: [s. n.]. Acervo documental que compõem o Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo.
- SACCHET, Teresa, maio/ago., 2012. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Estudos Feministas [em linha]*. 2012. vol. 20, no. 2, p. 399-431.

SÃO LEOPOLDO, 2019. Decreto n. 9.296, de 13 de junho de 2019. Homologa o Inventário dos Bens Imóveis de Interesse de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município São Leopoldo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/sao-leopoldo/decreto/2019/929/9296/decreto-n-9296-2019-homologa-o-inventario-dos-bens-imoveis-de-interesse-de-preservacao-do-patrimonio-historico-e-cultural-do-municipio-sao-leopoldo>. Acesso em: 12 set. 2020.

SÃO LEOPOLDO, 1992. Lei n. 3.811/1992. Dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural do município de São Leopoldo, e reorganiza o conselho do patrimônio histórico, artístico e paisagístico de São Leopoldo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/1992/381/3811/lei-ordinaria-n-3811-1992-dispoe-sobre-a-preservacao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-sao-leopoldo-e-reorganiza-o-conselho-do-patrimonio-historico-artistico-e-paisagistico-de-sao-leopoldo>. Acesso em: 12 set. 2020.

SILVA, Carolina Di Lello Jordão, 2014. *Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação*. 125 p. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro.

SILVA, Leonardo Alberto Corá, 2017. *O centro histórico de São Leopoldo e a paisagem cultural: reflexões sobre um conceito de preservação aplicado a uma cidade de porte Médio*. São Leopoldo: UNISINOS.

WEIMER, Günter, 2004. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto.